

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Banco Mizuho do Brasil S.A. é uma subsidiária integral do Mizuho Financial Group, um dos maiores grupos financeiros do mundo, com sede no Japão, atuação global e operação em todos os continentes, em mais de 35 países e territórios, contando com um grupo de mais de 30 mil colaboradores. No ano fiscal de 2013, os ativos totais do grupo superaram os 175 trilhões de ienes. O Banco Mizuho do Brasil S.A. atua no mercado de atacado e atende empresas de diversas nacionalidades e diferentes setores, oferecendo uma ampla gama de produtos e serviços, como depósitos, operações de financiamento ao comércio exterior, corporate banking, structured financing, project financing, entre outros. A estratégia do Mizuho para o Banco Mizuho do Brasil tem dois pilares principais: i) Prestar serviços financeiros locais aos seus clientes globais - especialmente empresas japonesas e outras empresas asiáticas, auxiliando suas operações comerciais no Brasil. ii) Prestar diversos serviços financeiros aos seus clientes locais e auxiliá-los em suas estratégias globais. O Banco tem promovido a integração profissional e cultural entre os profissionais do Brasil e de unidades do Mizuho no exterior, consolidando e fortalecendo sua expertise, e aprimorando sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, de acordo com a filosofia corporativa do grupo Mizuho.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

	(Reapresentado)			(Reapresentado)	
	2014	2013		2014	2013
Ativo			Passivo		
Circulante	1.348.514	481.888	Circulante	1.507.405	779.959
Disponibilidades	5.352	8.132	Depósitos à vista	182.041	98.610
Aplicações interfinanceiras de liquidez	234.923	149.454	Depósitos interfinanceiros	3.018	541
Aplicações em depósitos interfinanceiros	103.029	135.031	Depósitos a prazo	179.023	56.378
Aplicações em moedas estrangeiras	87.967	-	Captações no mercado aberto	51.389	4.968
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	94.618	95.297	Carteira própria	51.389	4.968
Carteira própria	14.085	70.361	Obrigações por repasses do país - Instituições oficiais	1.744	2.187
Vinculados a compromissos de recompra	52.429	6.747	FINAME	1.744	2.187
Instrumentos financeiros derivativos	28.104	18.189	Relações interdependências	592	157
Relações interfinanceiras	33	432	Recursos em trânsito de terceiros	157	157
Créditos vinculados	33	432	Obrigações por empréstimos	347.806	102.420
Operações de crédito	235.828	38.385	Empréstimos do exterior	347.806	102.420
Operações de crédito - setor privado	235.817	34.165	Instrumentos financeiros derivativos	21.479	9.418
Financiamento à exportação	11	4.220	Instrumentos financeiros derivativos	21.479	9.418
Outros créditos	777.478	189.876	Obrigações por repasses do exterior	467.929	472.719
Carteira de câmbio	620.632	180.252	Repasses do exterior	467.929	472.719
Rendas a receber	2.043	12.823	Outras obrigações	434.425	89.480
Diversos	155.468	32.776	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	6	112
Provisão para perda outros créditos	(665)	(36.075)	Carteira de câmbio	246.579	67.086
Outros valores e bens	282	312	Sociais e estatutárias	2.556	1.100
Outros valores e bens	282	312	Fiscais e previdenciárias	23.022	11.784
Despesas antecipadas	967.939	1.011.631	Negociação e intermediação de valores	6.457	154
Aplicações interfinanceiras de liquidez	30.198	-	Diversas	155.625	9.244
Aplicações em depósitos interfinanceiros	30.198	-	Exigível a longo prazo	286.977	217.622
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	627.105	601.577	Depósitos	120.768	68.035
Carteira própria	442.269	511.167	Depósitos interfinanceiros	1.387	4.081
Instrumentos financeiros derivativos	17.123	14.563	Depósitos a prazo	119.381	63.954
Vinculados à prestação de garantias	167.713	75.847	Obrigações por repasses do país - Instituições oficiais	725	2.029
Operações de crédito	7.249	32.609	FINAME	725	2.029
Operações de crédito - setor privado	4.785	32.609	Instrumentos financeiros derivativos	22.517	9.779
Financiamento à exportação	2.464	-	Instrumentos financeiros derivativos	22.517	9.779
Outros créditos	192.817	280.946	Outras obrigações	142.967	137.779
Carteira de câmbio	1.574	2.604	Fiscais e previdenciárias	128.642	120.452
Diversos	217.545	278.342	Carteira de câmbio	1.725	2.911
Provisão para perda outros créditos	(26.302)	-	Diversas	12.600	14.115
Permanente	110.570	96.499	Resultados de exercícios futuros	190	55
Investimentos	106.034	92.741	Resultados de exercícios futuros	190	55
Em controladas - no exterior	105.886	92.599	Patrimônio líquido	521.881	495.883
Outros investimentos	148	142	Capital social:		
Imobilizado de uso	4.536	3.758	De domiciliados no exterior	516.580	496.893
Outras imobilizações de uso	14.311	12.372	Reservas de lucros	2.571	-
Depreciação acumulada	(9.775)	(8.614)	Prejuízos acumulados	-	(6.990)
Total do ativo	2.316.453	1.493.519	Ajuste de avaliação patrimonial	2.730	4.680
			Total do passivo	2.316.453	1.493.519

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Semestre Fim em 31 de Dezembro de 2014 e Exercícios Fim em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Aumento de capital	Reserva legal	Reserva especial			
Saldos em 31 de dezembro de 2012	496.893	-	1.259	1	6.729	-	504.882
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM (de controlada)	-	-	-	-	(2.049)	-	(2.049)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	(1)	-	1.260	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(6.950)	(6.950)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	496.893	-	-	-	4.680	(6.990)	495.883
Aumento de capital	-	19.687	-	-	-	-	19.687
Ajuste ao valor de mercado - TVM (de controlada)	-	-	-	-	(1.950)	-	(1.950)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	1.538	1.033	-	(2.571)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	30.761	30.761
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(22.500)	(22.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	496.893	19.687	1.538	1.033	2.730	521.881	521.881
Saldos em 30 de junho de 2014	496.893	-	362	-	3.833	1.194	502.282
Aumento de capital	-	19.687	-	-	-	-	19.687
Constituição da reserva de lucros	-	-	1.176	1.033	-	(2.209)	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM (de controlada)	-	-	-	-	(1.103)	-	(1.103)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	23.515	23.515
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(22.500)	(22.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	496.893	19.687	1.538	1.033	2.730	521.881	521.881

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios Fim em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco Mizuho do Brasil é um banco múltiplo, autorizado a operar com carteiras comercial e de investimento. Tem atuação no mercado de atacado e atende empresas de várias nacionalidades e diferentes setores, oferecendo uma ampla gama de produtos e serviços, como depósitos, operações de financiamento ao comércio exterior, corporate banking, structured financing, project financing, entre outros. O Banco realiza suas atividades de acordo com as leis e regulamentações brasileiras e as diretrizes de sua matriz, da qual também, quando necessário, utiliza linhas de empréstimos, de forma a possibilitar a gestão consistente de seu fluxo de caixa.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações, sendo adotadas as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.636/2007 e 11.941/09, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN). A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Os saldos de operações de crédito e outros créditos apresentados no balanço patrimonial, na demonstração do resultado do exercício e na demonstração dos fluxos de caixa, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, estão sendo reapresentados e não produziram nenhuma mudança dos saldos de ativo, passivo, patrimônio líquido e resultado anteriormente publicados. A representação das referidas informações decorreu da reclassificação das operações de direitos a receber decorrentes de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros que não foram baixados, integral ou proporcionalmente, pela instituição vendedora ou cedente, da rubrica "Operações de crédito" para "Outros créditos".

Abaixo estão apresentados os saldos reapresentados:

	Saldo Reap- Saldo Reap- Saldo Reap- Saldo Reap-	Reap- sentação	sentação	presentado	presentado
Balanço patrimonial					
Ativo circulante	68.882	(30.497)	38.385		
Operações de crédito	65.273	(31.108)	34.165		
Operações de crédito - setor privado	4.220	-	4.220		
Financiamento à exportação	(611)	611	189.876		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	180.379	30.497	180.252		
Outros créditos	180.379	30.497	180.252		
Carteira de câmbio	12.823	-	12.823		
Rendas a receber	1.768	31.108	32.876		
Diversos	(35.464)	(611)	(36.075)		
Provisão para perda outros créditos	81.712	(49.103)	32.609		
Realizável a longo prazo	81.712	(49.103)	32.609		
Operações de crédito - setor privado	231.843	49.103	280.946		
Outros créditos	2.604	-	2.604		
Carteira de câmbio	229.239	49.103	278.342		
Diversos					

	Saldo Reap- Saldo Reap- Saldo Reap- Saldo Reap-	Reap- sentação	sentação	presentado	presentado
Demonstração do resultado do exercício					
Recargas da intermediação financeira	95.154	-	95.154		
Operações de crédito	27.087	7.416	19.671		
Resultado de títulos e valores mobiliários	34.849	-	34.849		
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	16.843	-	16.843		
Resultado de câmbio	16.375	-	16.375		
Resultado de venda ou transferência de ativos financeiros	-	(7.416)	7.416		
Demonstração dos fluxos de caixa					
Varição em ativos e passivos	4.018	-	4.018		
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(248.208)	-	(248.208)		
(Aumento) redução em operações de crédito	211.168	(256.040)	(44.872)		
(Aumento) redução em outros créditos	412.094	256.040	668.134		
(Aumento) redução em outros valores e bens	(196)	-	(196)		
(Aumento) redução variação líquida em relações interfinanceiras e interdependências	(46)	-	(46)		
Aumento(redução) em depósitos	(154.887)	-	(154.887)		
Aumento(redução) em outras obrigações	(205.032)	-	(205.032)		
Aumento(redução) em instrumentos financeiros derivativos	(10.611)	-	(10.611)		
Aumento(redução) em resultados de exercícios futuros	(264)	-	(264)		

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas com operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. b) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, cujo vencimento das operações na data efetiva de sua aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e as quais são utilizados pelo Banco Mizuho para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Os valores estão apresentados, abaixo:

	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa	222.746	157.586
Disponibilidades	5.352	8.132
Aplicações interfinanceiras de liquidez	217.394	149.454

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068 de 09 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos, e compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado. Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação ou para investimento. São utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. São avaliados de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização. Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais o Banco tem a intenção e capacidade de financiamento de mant-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, operações com opções, operações de futuro e operações de "swap" são contabilizados de acordo com os seguintes critérios: • Operações a termo - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão de fluência dos contratos até a data do balanço; • Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizados como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não exercício; • Operações de futuro - o valor dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa de swap - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço. Os instrumentos financeiros derivativos são registrados ao valor de mercado, exceto aqueles que tiverem sido contratados de forma associada às operações de captação ou aplicação,

conforme definido pela Circular nº 3.150 do Banco Central do Brasil. As transações efetuadas para proteção ao risco das posições do Banco, qualificadas como hedge contábil, são distinguidas em duas categorias: hedge de risco de mercado e hedge de fluxo de caixa. As operações classificadas como hedge de risco de mercado são destinadas a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de hedge e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa no resultado do período. Os respectivos itens objetos de hedge são ajustados ao valor de mercado, em contrapartida à respectiva conta de receita ou despesa relacionada ao item objeto de hedge. As operações de hedge de fluxo de caixa são destinadas a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A valorização ou desvalorização dos derivativos contratados para hedge de fluxo de caixa é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido em conjunto com os efeitos da avaliação a mercado dos itens objeto de hedge, deduzidos dos efeitos tributários. A parcela não efetiva do hedge, quando aplicável, é reconhecida diretamente ao resultado do período. e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa: As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (sem risco) e "H" (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação pelo prazo máximo de seis meses, contados a partir de sua classificação nesse nível de risco, sendo posteriormente baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. f) Investimentos: A participação em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Os títulos patrimoniais foram registrados pelo custo de aquisição e ajustados pela atualização patrimonial informada pela respectiva instituição (até a data da respectiva desmutualização). Os outros investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. g) Depreciações: A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens, sendo: móveis, utensílios e instalações - 10%; e sistema de processamento de dados e veículos - 20%. h) Atualização monetária de direitos e obrigações: Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do exercício. i) Depósitos e captações no mercado aberto: São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" - dia. j) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment): É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto créditos tributários, são revisitos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não foram identificados ativos não financeiros registrados com indicação de perda por impairment. k) Imposto de renda e contribuição social: A provisão para o imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o exercício e das deduções previstas em lei. A contribuição social apurada sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 15%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre adições temporárias e prejuízos fiscais, são registrados na rubrica de "Outros créditos - diversos", no realizável a longo prazo às alíquotas de 25% e 15% respectivamente. l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo: • Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências determinantes de sua realização, sobre as quais não cabam mais recursos. • Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são sujeitos a divulgação em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. m) Lucro por ação: Foi calculado com base no número de ações em circulação na data-base de 31 de dezembro de 2014 e 2013. n) Eventos subsequentes: De acordo com a Resolução nº 3.973/2011 do CMN que dispõe sobre a contabilização e divulgação de eventos subsequentes ao período a que se referem as demonstrações financeiras, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 24, não foram identificados eventos subsequentes que necessitem ser divulgados desde a aprovação final dessas demonstrações financeiras por parte da Administração do Banco, ocorrida em 05 de março de 2015.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2014	2013
Posição bancada:		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	103.089	110.081
Rendas a apropriar	(60)	(5)
Letras Financeiras do Tesouro - LFT</		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	Exercício	1º semestre
Saldo inicial.....	35.938	36.075	1.638	—
Constituição.....	26.967	26.967	35.479	—
Reversão.....	(464)	(601)	(1.042)	—
Baixa para prejuízo.....	(35.474)	(35.474)	—	—
Saldo final.....	26.967	26.967	36.075	—
Créditos recuperados.....	10.065	14.205	3.152	—

7. Carteira de câmbio

	2014		2013	
	Outros créditos	Outras obrigações	Outros créditos	Outras obrigações
Ativo.....	622.207	—	182.856	—
Câmbio comprado a liquidar.....	530.849	—	148.049	—
Direitos sobre venda de câmbio.....	89.582	—	34.460	—
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (Nota 6a).....	1.776	—	347	—
Passivo.....	—	248.484	—	69.698
Câmbio vendido a liquidar.....	—	91.058	—	35.238
Obrigações por compra de câmbio.....	—	493.932	—	146.817
Adiantamento sobre contratos de câmbio (Nota 6a).....	—	(336.506)	—	(112.357)

8. Outros créditos - diversos (circulante e longo prazo)

	2014	2013
Créditos tributários (Nota 13).....	94.613	85.371
Crédito consignado.....	13.336	80.211
Cédulas de Créditos Bancários (CCB).....	52.604	48.672
Devedores por depósito em garantia.....	64.355	59.723
Notas de Crédito à Exportação (NCE).....	146.714	—
Outros.....	1.391	1.777
Total	373.013	275.754

9. Investimentos

A controlada Mizuho do Brasil Cayman Limited atua como subsidiária offshore do Banco Mizuho do Brasil S.A., e tem por objetivo ampliar a oferta de produtos para clientes, oferecendo auxílio às operações de Depósitos, Empréstimos e Derivativos.

	Mizuho do Brasil Cayman Ltd.	
	2014	2013
Quantidade de ações ordinárias - em milhares.....	22.920	22.920
Percentual de participação - %.....	100%	100%
Informações sobre a investida:		
Patrimônio líquido.....	105.886	92.599
Capital social.....	60.880	53.693
Reservas de lucros.....	35.271	26.149
Ajuste valor mercado de TVM.....	4.549	7.999
Lucro líquido do exercício.....	5.186	4.758
Resultado de equivalência patrimonial.....	5.186	4.958
Varição cambial do investimento no exterior.....	12.393	10.922
Resultado de participação em controlada.....	17.579	15.880

10. Depósitos

a) Diversificação de produtos e prazo:

	2014				2013	
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Depósitos à vista.....	3.018	—	—	3.018	541	541
Depósitos interfinanceiros.....	—	—	1.387	1.387	45.772	45.772
Depósitos a prazo.....	103.832	75.191	119.381	298.404	120.332	120.332
Total	3.018	103.832	75.191	120.768	302.809	166.645

b) Concentração:

	2014		2013	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores credores.....	234.195	77,34	155.208	93,14
50 maiores credores seguintes.....	68.614	22,66	11.437	6,86
Total da carteira.....	302.809	100,00	166.645	100,00

11. Recursos de aceite e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos, em 31 de dezembro de 2014, correspondem à captação de recursos com entidades do grupo no exterior no valor de R\$347.806 (R\$102.420 em 2013), com vencimentos até outubro de 2015, apresentando taxas de 0,25% a 0,61% ao ano em dólar (2013 - vencimentos até dezembro de 2014 e taxas de 0,52% a 0,72% ao ano em dólar). As obrigações por repasses do exterior correspondem à captação de recursos com entidades do grupo no valor de R\$467.929 (R\$472.719 em 2013), com vencimentos até outubro de 2015, apresentando taxas de 0,45% a 0,74% ao ano em dólar (2013 - vencimentos até dezembro de 2014 e taxas de 0,52% a 0,72% ao ano em dólar).

12. Outras obrigações diversas e fiscais e previdenciárias (circulante e longo prazo)

a) **Circulante - fiscais, previdenciárias e diversas:** Compostas, substancialmente, por provisões para imposto de renda e contribuições a recolher de R\$12.739 (R\$2.305 em 2013), provisões para imposto de renda e contribuição social diferidas de R\$ 10.283 (R\$ 9.479 em 2013), provisões administrativas de R\$9.760 (R\$9.193 em 2013) e credores diversos de R\$50 (R\$51 em 2013). As obrigações por cessão de créditos, em 31 de dezembro de 2014, correspondem a R\$145.815, com vencimentos até agosto de 2015, apresentando taxas de 10,57% a 11,12% ao ano. Foram cedidas operações de Capital de Giro no montante de R\$ 116.579 e Notas de Crédito de Exportação no montante de R\$ 33.000, na modalidade "Com retenção substancial dos riscos e benefícios". b) **Longo prazo - fiscais e previdenciárias:** Representam as parcelas de impostos e contribuições cuja exigibilidade está suspensa, resultante de processos judiciais ingressados pela instituição. As provisões estão constituídas pela parcela integral que poderá ser exigida pelo órgão arrecadador, acrescida dos encargos moratórios legais, sendo compostas como segue:

	2014	2013
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS.....	105.863	97.456
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ.....	11.859	11.328
Contribuição social sobre o lucro - CSLL.....	2.798	2.665
Programa de Integração Social - PIS.....	5.426	4.631
Imposto sobre serviços - ISS.....	442	938
Outros.....	2.254	3.434
Total das provisões.....	128.642	120.452
(-) Depósitos judiciais vinculados.....	(62.405)	(57.326)
Valor líquido.....	66.237	63.126

Os processos estão baseados nas seguintes questões: 1. COFINS - provisão constituída em decorrência da suspensão do recolhimento em virtude de discussão judicial quanto à base de cálculo dessa contribuição. Em 31 de dezembro de 2014 existem depósitos judiciais no montante de R\$28.392 (R\$25.964 em 2013). 2. IRPJ - o Banco possui ações judiciais que discutem a dedutibilidade da despesa de CSLL dos anos de 1997, 1999 e 2000, do base de cálculo do Imposto de Renda. Além disso, existe processo administrativo que discute a dedução de perdas de operações de créditos. Em 31 de dezembro de 2014 existem depósitos judiciais no montante de R\$26.100 (R\$23.928 em 2013). 3. CSLL - a provisão em questão refere-se a processo administrativo que discute a dedução de perdas de operações de créditos da base de cálculo da CSLL. Em 31 de dezembro de 2014 existem depósitos judiciais no montante de R\$5.449 (R\$5.449 em 2013). 4. ISS - essas ações discutem a legalidade da cobrança desse imposto sobre determinadas receitas. Em 31 de dezembro de 2014 existem depósitos judiciais no montante de R\$420 (R\$393 em 2013). 5. PIS - provisão constituída em decorrência da suspensão do recolhimento dessa contribuição em virtude de discussão judicial quanto à sua base de cálculo e discussão na esfera administrativa. Existem depósitos judiciais no montante de R\$1.705 (R\$1.592 em 2013). c) **Longo prazo - diversas:** Representam o valor provável das obrigações oriundas de contingências decorrentes de processos trabalhistas no montante de R\$9.561 (R\$12.006 em 2013) e contingências decorrentes de processos de expurgos inflacionários no montante de R\$3.039 (R\$2.709 em 2013). Existem depósitos judiciais de R\$1.942 (R\$2.397 em 2013) para as causas trabalhistas. d) **Passivos contingentes classificados como perdas possíveis:** Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos não requerem provisão. Em 31 de dezembro de 2014, esses processos referiam-se a gestão de fundos de investimento no valor de R\$20.246. e) **Movimentação das contingências:**

	2014		2013	
	Saldo inicial	Consti- tuição	Rever- são	Paga- mentos
Provisão para riscos fiscais.....	120.452	10.258	(768)	(1.300)
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ).....	11.328	531	—	—
Contribuição social sobre o lucro (CSLL).....	2.665	133	—	—
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS).....	97.456	8.407	—	—
Programa de integração social (PIS).....	4.631	795	—	—
Outros.....	3.434	344	(224)	(1.300)
Imposto sobre serviços (ISS).....	938	48	(544)	—
Provisão para passivos contingentes.....	14.715	783	(2.898)	—
Processos trabalhistas.....	12.006	391	(2.836)	—
Expurgos inflacionários.....	2.709	392	(62)	—

13. Patrimônio líquido

a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2014, o capital social é de R\$516.580 (R\$496.893 em 2013), dividido em 2.125.297 (2.125.297 em 2013) ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2014, o Banco deliberou o aumento do capital social no montante de R\$ 19.687, com a destinação dos juros sobre capital próprio devidados no exercício. b) **Dividendos e juros sobre capital próprio:** Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado na forma do artigo 17 do Lei 6.404/76 e atualizações. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2014, o Banco deliberou sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 22.500, em substituição aos dividendos mínimos obrigatórios, correspondente ao valor líquido de impostos de R\$ 19.687. Com o registro dos juros sobre o capital próprio, o Banco obteve benefício fiscal no montante de R\$ 3.194. c) **Ajuste a valor de mercado TVM:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o valor relativo ao ajuste a mercado de títulos registrados em controlada, conforme prevê a Circular nº 3068 de 08 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil é de R\$2.730 (R\$4.680 em 2013). d) **Reserva de lucro especial:** Conforme previsto na Resolução nº 3605 de 29 de agosto de 2008, do Banco Central do Brasil, o Banco transferiu o saldo de lucros acumulados no valor de R\$1.033 para reserva de lucro especial, a qual será destinada a manutenção de limites operacionais, conforme AGE datada de 31 de dezembro de 2014. e) **Reserva legal:** O Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder 20% do capital integralizado. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social.

14. Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2014 o Banco possuía o montante de R\$94.613 (R\$85.371 em 2013) registrados em créditos tributários e o montante de R\$10.283 (R\$9.480 em 2013) registrado em obrigações fiscais diferidas. O registro desses créditos está suportado por estudo técnico efetuado ao final do exercício, o qual indicou a capacidade de geração de resultados futuros para a sua utilização. a) **Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:**

	2014		2013	
	IRPJ e CSLL	Outros	IRPJ e CSLL	Outros
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações.....	36.200	(17.319)	—	—
Encargos totais do imposto de renda e contribuição social conforme alíquotas apresentadas na Nota 3.k.....	(14.480)	6.928	—	—
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos.....	3.778	(6.731)	—	—
Juros sobre o capital próprio.....	9.000	—	—	—
Equivalência patrimonial.....	4.541	1.079	—	—
Participação dos empregados no lucro.....	852	498	—	—
Provisão para perdas em operações de crédito.....	(8.250)	(11.003)	—	—
Ajustes de marcação a mercado.....	340	(2.340)	—	—
Excedente limite dedução TJLP.....	(2.994)	—	—	—
Outras adições e exclusões - temporárias.....	516	540	—	—
Outras adições e exclusões.....	(227)	(202)	—	—
Imposto de renda e contribuição social - valores correntes.....	(10.702)	(1.713)	—	—
Imposto de renda e contribuição social - valores diferidos.....	7.394	12.805	—	—

b) Demonstração dos créditos tributários e obrigações diferidas de imposto de renda e contribuição social:

	2014		2013	
	Saldo Inicial	Consti- tuição	Reali- zação	Saldo Final
Provisão para créditos liquidação duvidosa.....	16.743	10.787	(2.536)	24.994
Provisão para contingências judiciais.....	46.662	4.103	(827)	49.938
Provisão para contingências diversas.....	1.084	132	—	1.216
Outras provisões.....	5.643	598	(1.553)	4.688
Provisões para PLR e Gratificações.....	645	282	—	927
Prejuízo fiscal e base negativa.....	8.016	—	(1.362)	6.654
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....	5.863	—	—	(340)
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.....	84.656	15.902	(6.618)	93.940
PIS e COFINS sobre ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....	715	—	(42)	673
Créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS.....	85.371	15.902	(6.660)	94.613
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários - Mizuho Cayman.....	(3.120)	—	—	1.300
Atualização depósitos judiciais.....	(6.697)	(1.885)	—	(7.582)
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias de imposto de renda e contribuição social.....	(8.817)	(1.885)	1.300	(9.402)
Obrigações fiscais diferidas de PIS e COFINS.....	(663)	(218)	—	(881)
Total das obrigações fiscais diferidas de imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS.....	(9.480)	(2.103)	1.300	(10.283)

Os créditos tributários foram constituídos às alíquotas vigentes sobre adições temporárias, sendo considerada a probabilidade de realização por resultados gerados nos exercícios futuros. O valor presente dos créditos tributários, descontados às taxas de mercado para juros em moeda nacional em 31 de dezembro de 2014, relativamente às datas previstas de realização dos mesmos, monta R\$65.850 (R\$62.886 em 2013). Os créditos tributários apresentados em 31 de dezembro de 2014, segundo as projeções da administração, deverão ser realizados nos seguintes períodos:

Até 01 ano	Até 02 anos	Até 03 anos	Até 04 anos	Até 05 anos	De 05 a 10 anos
32%	0%	0%	13%	7%	48%

15. Transações e saldos com partes relacionadas

a) Remuneração de administradores:

	2014	2013
Remuneração.....	15.005	13.436
Participação nos lucros.....	109	465
Previdência privada.....	499	390

b) **Transações com outras partes relacionadas:** As transações realizadas com partes relacionadas são efetuadas em condições normais de mercado no que se refere às taxas e prazos, e estão sumarizadas como segue:

	2014		2013	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Mizuho Bank, Ltd. - Japan.....	9.364	—	374	—
Mizuho Bank, Ltd. - London.....	2.732	—	6.867	—
Outros créditos - instrumentos financeiros derivativos.....	(3.535)	(5.310)	(517)	(142)
Mizuho do Brasil Cayman.....	(3.535)	(5.310)	(517)	(142)
Outros créditos - Carteira de câmbio.....	90.796	4.330	34.783	2.825
Mizuho Bank, Ltd. - New York.....	90.796	4.297	34.783	2.825
Outros créditos - diversos.....	33	—	—	—
Mizuho Bank, Ltd. - New York.....	2.005	44.108	12.549	12.549
Obrigações por Empréstimos do Exterior.....	(347.806)	(32.887)	(102.421)	(351)
Mizuho Bank, Ltd. - New York.....	(347.806)	(32.887)	(102.421)	(351)
Obrigações por Repasses do Exterior.....	(470.696)	(94.414)	(469.654)	(21.272)
Mizuho Bank, Ltd. - New York.....	(470.696)	(94.414)	(469.654)	(21.272)
Outras obrigações - carteira de câmbio.....	(90.969)	(2.001)	(35.238)	321
Mizuho Bank, Ltd. - New York.....	(90.969)	(1.959)	(35.238)	321
Mizuho do Brasil Cayman.....	—	(42)	—	—

16. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pelo Grupo Mizuho são devidamente aprovados dentro da política de utilização de produtos. Esta política determina que previamente à implementação de cada produto, todos os aspectos devem ser analisados dentro da instituição, tais como: objetivos, formas de utilização, riscos envolvidos e infraestrutura adequada para o suporte operacional. O produto somente é disponibilizado após a aprovação de todas as áreas envolvidas localmente e pela área responsável por instrumentos financeiros derivativos e efetuado dentro do processo global de gestão de risco. As políticas de riscos em vigor estabelecem que os riscos potenciais decorrentes de flutuações de preços nos mercados financeiros sejam centralizados na área de Tesouraria, sendo esta provedora de proteção para as demais áreas. A diretoria do Grupo Mizuho é responsável por estabelecer a política de risco a ser seguida por todas as unidades, definindo os limites de acordo com a receita projetada e nível aceitável de exposição. A responsabilidade por garantir o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela diretoria do Grupo é atribuída à área de Gestão de Riscos, que mantém relação de independência das áreas de negócios e de processamento das operações, reportando-se diretamente à Matriz. **Política de Hedge:** A política de hedge é alinhada aos limites estabelecidos de exposição a riscos. Sempre que operações gerarem exposições que poderão resultar em flutuações relevantes no resultado do contábil do Banco, o que poderia comprometer os limites operacionais, a cobertura do risco é efetuada por instrumentos financeiros derivativos, observadas as regras legais estabelecidas para a qualificação de hedge contábil, de acordo com a Circular nº 082 do Banco Central do Brasil. Conforme o padrão de hedge utilizado pela instituição, os riscos de variação cambial e juros são transferidos para posições em taxas flutuantes (CDI). Preferencialmente, os instrumentos financeiros derivativos são contraídos na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), garantindo a independência na manutenção da posição até o vencimento. Em se tratando de operações de hedge utilizando-se de contratos futuros, essas operações são negociadas através da conta PLD Participante de Liquidação Direta na BM&FBovespa, assegurando a movimentação da posição de hedge, de forma a evitar o "netting" ocasionado por contratos das mesmas séries, contraídos para outros fins. Os instrumentos de proteção buscam a mitigação dos riscos de mercado, variação cambial e juros. Observada a liquidez que o mercado apresentar, as datas de vencimento dos instrumentos de hedge são o máximo possível das datas dos fluxos financeiros da operação objeto, garantindo a efetividade desejada da cobertura do risco. Os custos acessórios que incidirão sobre os fluxos de caixa futuros, sempre que previstos, são parte integrante dos fluxos projetados para fins da cobertura ao risco. Caso as posições financeiras a serem protegidas apresentem pagamentos intermediários, sejam de juros ou parcelas de amortização de principal, os instrumentos derivativos também são contraídos com os mesmos fluxos intermediários, quer apresentando fluxos previstos dentro da mesma operação, ou com a contratação de várias operações coincidentes com os fluxos do objeto de hedge. Nos casos em que o Banco contrata obrigações de juros longos, para as quais o mercado não ofereça instrumentos líquidos para proteção, a estrutura de hedge é efetuada visando também neutralizar o risco pelo descausamento do prazo, agregando-se ao conjunto do hedge direitos de liquidação em prazos intermediários, ou outros instrumentos, conforme os componentes de risco e as condições de mercado. O monitoramento da efetividade do hedge, que mensura a neutralização pelos instrumentos financeiros derivativos dos efeitos das flutuações de mercado sobre os itens protegidos, é efetuado mensalmente. A efetividade apurada para cada unidade de hedge está dentro do limite estabelecido pela Circular nº 082 do Banco Central do Brasil. O resultado obtido com a utilização dos instrumentos financeiros derivativos tem-se apresentado dentro dos objetivos propostos. A gestão das carteiras de instrumentos financeiros derivativos utiliza-se de sistemas específicos de controle, sistema de gestão de riscos de contraparte e sistema geral de base de dados (Data Warehouse). **Auração do valor de mercado e posições em aberto:** A apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é efetuada com base em preços divulgados, ou através de modelos matemáticos de precificação que utilizam parâmetros de mercado divulgados por provedores externos de dados. Esses dados são capturados por sistema informatizado diretamente dos provedores e disponibilizado em sistema específico, que consiste em curvas de juros através de processo de interpolação pelo método exponencial. Basicamente os modelos matemáticos desmontam os fluxos de caixa esperados de cada operação pelas respectivas taxas de juros de mercado. Os valores registrados nas contas patrimoniais relativos aos instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, incluídos os ajustes ao valor de mercado, são demonstrados a seguir:

	2014			2013		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Swap.....	14.457	(37.772)	(23.315)	4.		